

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, PANDEMIA E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL DA UFRPE

Simone Muniz da Silva
Mestranda
História (PPGH) UNICAP
simone.2021608228@unicap.br

RESUMO

O trabalho trata da experiência do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital – AEID na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; uma ação dentro da política de permanência no ensino superior no início do período pandêmico da Covid 19. O objetivo do estudo foi compreender a implementação e execução do AEID dentro de um contexto no qual a instituição de ensino foi provocada a desenvolver estratégias para mitigar os impactos no processo de ensino e aprendizagem causados pela pandemia do Corona vírus. Para tanto, foram realizadas entrevistas com estudantes e gestores da UFRPE e metodologicamente fez-se uso da história oral. Ao explorar o AEID como política de permanência, foi realizado um diálogo sobre a importância em se trabalhar questões que se mostram cada vez mais urgentes no tempo presente com o processo traumático deixado pela pandemia. Destarte, o AEID, apesar de apresentar alguns problemas durante sua execução, foi um instrumento que contribuiu com o acesso às aulas em formato remoto para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo benefício e representou para aqueles discentes a continuidade da vida acadêmica.

PALAVRAS-CHAVES: TEMPO PRESENTE; PANDEMIA E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

1. PANDEMIA DO CORONAVIRUS E A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

A crise social, econômica, política, ambiental e ética ocasionada pela pandemia trazida pelo novo Coronavírus (SARSCOV-2), trouxe consequências que afetaram diretamente as vidas das populações mundiais. (CUNHA et al, 2022, p. 3). O processo traumático de infecções e mortes instalado pela pandemia rapidamente tomou o planeta; de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), até maio de 2022, 5,4 milhões de óbitos foram oficialmente registrados, no entanto, a OMS acredita que esses dados estejam subestimados, o que poderia aumentar consideravelmente o montante de mortes pela doença. Nesse processo, as desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, regionais e demais assimetrias sociais estiveram ainda mais evidenciadas; a primeira vítima fatal da Covid 19 no Brasil foi uma diarista da cidade de São Paulo, a mulher deixou três filhos e o marido, Auxiliar de limpeza.

A pandemia instalada em 2020 e presente ao longo dos últimos anos vem deixando um rastro catastrófico nas dimensões do cotidiano das pessoas: aumento da pobreza, insegurança alimentar[1] e adoecimento mental[2], por exemplo, são consequências a serem trabalhadas em curto, médio e longo prazo. Isso tudo atrelado às decisões político-econômicas dos governantes solaparam questões que não podem ser ignoradas no tempo presente pelos estudiosos e pesquisadores, que além de ter vivido a experiência, têm a possibilidade de problematizá-la.

---

[1] O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número em 2021 corresponde 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. A pobreza nunca esteva tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012. A parcela de brasileiros que não teve dinheiro para alimentar a si ou a sua família em algum momento nos últimos 12 meses subiu de 30% em 2019 para 36% em 2021, atingindo novo recorde da série iniciada em 2006. É a primeira vez desde então que a insegurança alimentar brasileira supera a média simples mundial (MAPA DA NOVA POBREZA, 2022).

[2] O resumo científico *"Mental Health and COVID-19: Early evidence of the pandemic's impact: Scientific brief"*, divulgado pela OMS em março de 2022, trouxe a informação que 25% dos casos de ansiedade e depressão aumentaram em escala global no primeiro ano da pandemia. Solidão, medo de se infectar, sofrimento e morte de entes queridos, luto e preocupações financeiras também foram citados como estressores que levam à ansiedade e à depressão. Entre os profissionais de saúde, a exaustão tem sido um importante gatilho para o pensamento suicida (OPAS, 2022).

Nos estudos do tempo presente, “O historiador é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (CHATIER, 1996, p. 2016 apud FERREIRA e DELGADO, 2014, p. 693). Nesse contexto, é primordial a construção de uma discussão historiográfica que venha a contribuir no entendimento da relação passado, presente e futuro. Pensando na conjuntura pós golpe parlamentar de 2016 que houve no Brasil, as historiadoras Angélica Muller e Francine Iegelski(2018, p. 22) fazem uma reflexão que se apresenta conveniente e aplicável ao tempo atual

> A história do tempo presente, assim, também pode cumprir o papel de assegurar a legitimidade do vivido, “de modo aberto e capaz de suportar as demandas metodológicas de tal empreitada, tão indeterminada e provisória quanto a própria vida[3]”. É nesse ponto, como afirma Fraçois Dosse[4], que a história se abre, de maneira efetiva, para um diálogo com outras áreas das ciências sociais e humanas, promovendo uma análise das ações que se desenrolam no momento das suas realizações: a história do presente, a história no presente(FERREIRA e DELGADO, 2018, p. 22).

Nas possibilidades de estudos que a pandemia trouxe à baila, há ainda o desafio do historiador em ter que revisitar um espaço temporal dolorido e desolador do ponto de vista humano, do qual também foi sujeito e protagonista. No entanto, e ao mesmo tempo, a pandemia está repleta de significações que provocam a elaboração de narrativas que a conheça e compreenda. Nesse sentido, este artigo está orientado teoricamente para o seguinte entendimento

> O tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades. Nesse sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas; com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade de curso próximo ou contínuo ao da pesquisa(FERREIRA e DELGADO, 2013, p. 25).

[3] Lohn, Reinaldo Lindolfo; Campos Emerson Cesar. “Tempo presente: entre operações e tramas”. In História da historiografia, n. 24, ago. 2017, p.11.

[4] Dosse, François. “ História do tempo presente e historiografia”. Tempo e argumento. Florianópolis, v 4, n. 1, jan./jun.2012, pp. 5-22.

A pandemia da Covid 19 parece envolver todas as características descritas: os acontecimentos se tornaram dinâmicos; as experiências vivenciadas a partir das decisões político-institucionais estiveram repletas de conflitos; as memórias em disputa, numa verdadeira batalha pela afirmação e negação de narrativas que possam estabelecer parâmetros históricos mínimos de conhecimento e perspectivas futuras; as inúmeras fontes produzidas durante o período. Praticamente todas as dimensões da vida dos sujeitos foram afetadas, desde o ambiente familiar, passando pelo laboral e estendendo-se ao educacional.

É debruçando-se sobre um dos aspectos da educação na pandemia que se pretende falar neste trabalho, que envolve o ensino remoto e a experiência de implementação de uma política de permanência na educação superior: o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital – A.E.I.D da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Como método historiográfico para realização desse estudo foi utilizada a História Oral, de acordo com Aberti (2013, p.24)

> A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em acervo aberto e pesquisadores.

A História Oral é um ramo da historiografia que cuida das dimensões vivas da história: as memórias (RIBEIRO, 2018, p. 69). Pode-se afirmar, que as memórias foram compreendidas na concepção de "memória exercitada" presente em Paul Ricoeur: "a noção de exercício da memória se refere não apenas ao ato de receber, mas também ao de buscar operadores da recordação/rememoração"(LACERDA, 2019, p. 3)[5].

Foram entrevistados 05 personagens envolvidos no processo de implementação do A.E.I.D: 03 estudantes que usufruíram do benefício e 02 gestores da política.

[5] Ricoeur tem o cuidado de distinguir memorização de rememoração. Para o autor, a memorização é um "ato de fazer memória que se dá como prática por excelência" (RICOEUR, 2007, p. 73), ou seja, seu traço pragmático, técnico, que objetiva o aprendizado de saberes e habilidades, não havendo um novo aprendizado para acessar tal informação. Com a rememoração, enfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido. A marca temporal do antes constitui, assim, o traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo de recordação. (RICOEUR, 2007, p. 73 apud LACERDA, 2019, p. 3)

As entrevistas foram realizadas por meio de perguntas semiestruturadas nas quais os entrevistados puderam opinar sobre os procedimentos de acesso ao benefício e fizeram, ainda, uma avaliação geral sobre ele.

2. O AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL – AEID DA UFRPE

Na tarde do dia 15 de março de 2020, os maiores jornais em circulação de Pernambuco anunciaram a decisão sobre a suspensão das aulas presenciais nas universidades e instituições de ensino técnico no Estado, como medida preventiva para contenção do avanço do novo coronavírus, a medida duraria até 31 de março daquele ano e seria reavaliada findado mês. Essa decisão havia sido tomada em reunião de emergência realizada naquele mesmo dia pelo *Consórcio Pernambuco Universitas*, composto pela Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade de Pernambuco e pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Começava ali um desafio nunca vivido tanto pelas as instituições quanto para o quadro da comunidade acadêmica, o modelo exclusivamente de aulas remotas duraria quase dois anos e passaria pelo processo de aulas em formato híbrido (atividades de natureza especial que demandassem presença eventual).

Em 16 de março de 2020 a Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão – Progesti, responsável pela assistência aos estudantes, havia suspendido os editais já lançados dos processos seletivos para acesso aos benefícios daquele ano e determinado que o restaurante universitário ficaria fechado enquanto as atividades presenciais da Universidade estivessem suspensas. Por medida de segurança, os residentes das casas de estudantes receberiam benefícios a mais em pecúnia para deixarem as residências universitárias e retornarem às suas cidades de origem. Naquele momento, o clima era de incerteza e medo por parte da comunidade acadêmica; incerteza porque, com o avanço das infecções em nível mundial e estadual, o retorno das aulas presenciais foram sendo adiadas e o medo do contágio, devido ao crescente número de mortes, causava preocupações quanto a quaisquer sintomas que poderia ser associadas à Covid[6].

[6] Pesquisadores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Paraíba (UFPB) avaliaram o medo associado à Covid-19 no Brasil. O estudo contou com a participação de 633 homens e mulheres adultos, na

Em julho de 2020, a UFRPE instituiu seu "plano de funcionamento" e no mesmo mês foi lançado o primeiro edital do AEID da UFRPE, o edital previa três categorias de proponentes: 1) candidatos inscritos nos processos seletivos da assistência estudantil de 2019 que se encontravam em lista de espera; 2) beneficiários dos programas de assistência estudantil que não recebessem bolsa de mérito e 3) demais candidatos ao AEID que apresentassem a condição de vulnerabilidade socioeconômica. Aos dois primeiros grupos foi disponibilizado formulário de intenção de recebimento do benefício, o qual os discentes preenchiam e encaminhavam à Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão - Progesti. O terceiro grupo de proponentes, além do preenchimento da solicitação do AEID passaram por processo seletivo, tendo que encaminhar documentação comprobatória das condições socioeconômicas. No mesmo ano, a Progesti abriu novamente seleção para os remanescentes que perderam o período de inscrição ou deixaram de se inscrever no benefício por motivos diversos, na mesma lógica do primeiro edital. Assim, segundo o Relatório de Gestão da Progesti, foram concedidos 2.666(dois mil seiscentos e sessenta e seis) benefícios AEID no ano de 2020 para as quatro Unidades Acadêmicas da UFRPE (Sede, UAST, UACSA e UABJ)[7], totalizando um valor total de R$ 3.699.435,00.

O AEID foi desenvolvido enquanto ação de assistência estudantil relacionada à área do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES[8] denominada inclusão digital.

---

faixa etária entre 18 e 68 anos. Na pesquisa, foi constatado que os níveis de medo associado à Covid-19 das mulheres foram mais elevados que os dos homens. Além disso, ficou evidente a associação entre medo e ansiedade com relação ao novo coronavírus, que causa a doença Covid-19. "Foi observado que o medo associado ao novo coronavírus se correlacionou de maneira positiva e significativamente com a ansiedade, de modo que, quanto maior era o nível de medo, maiores eram os níveis de ansiedade dos participantes", relata Shirley Simeão, docente que participou do estudo(GERMANO, Mulheres sentem mais ansiedade e medo da Covid 19, diz estudo da UFPB, 17 de jun 2020 < https://www.ufpb.br/ufpb/contents/notícias > Disponível em: https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/mulheres-sentem-mais-ansiedade-e-medo-da-covid-19-diz-estudo-da-ufpb; Acesso em: 06/10/2022.

[7] A Unidade Sede fica localizada em Dois Irmãos na cidade de Recife; a UAST (Unidade Acadêmica de Serra Talhada) fica em Serra Talhada, Sertão de Pernambuco; a UACSA (Unidade Acadêmica do cabo de Santo Agostinho) no litoral sul e a UABJ (Unidade Acadêmica de Belo jardim) é a mais nova Unidade da UFRPE, começou seu funcionamento no segundo semestre de 2020 e fica na mesorregião do Agreste pernambucano.

[8] O decreto PNAES estabelece dez áreas as quais a assistência estudantil deve desenvolver suas ações, são elas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

> Como todos os outros benefícios, o AEID precisava de uma regulamentação, uma resolução; na resolução foi pensado em tempo de benefício, em valor, natureza da resolução, objetivo, prestação de contas, tudo isso foi visto. [...]. No começo, tudo era muito novo, foi um benefício que a Progesti nunca tinha feito algo semelhante e se tinha muitas dúvidas. A pandemia trouxe muitos questionamentos em relação ao processo de ensino e aprendizagem, a única coisa que a gente sabia é que a gente queria dar algum tipo de suporte para que os estudantes tivessem acesso às aulas remotas, para que a gente combatesse de fato a evasão, como diz o PNAES (Entrevista concedida por GONZAGA, Camila Lais, Recife, 11 de outubro de 2022).

A Coordenadora de Gestão de Residência Universitária da Progesti, Camila Lais Gonzaga, atuante na elaboração da AEID e responsável pelo processo de prestação de contas, estabelece um panorama sobre a confecção dessa ação naquele momento. O AEID surge da demanda imediata causado pela pandemia, mas ocupa também a lacuna de uma ação nunca antes desenvolvida na instituição, mesmo que a regulamentação que disciplina a política em âmbito nacional já preveja. Um fator decisivo para a elaboração e implementação da AEID foi a modalidade de ensino remoto adotado pela UFRPE, assim como diversas outras instituições no país após a publicação em 17 de março de 2020, pelo Ministério da Educação – MEC, da Portaria nº 343 que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia. Diante da necessidade do isolamento e distanciamento social, a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi a estratégia utilizada pelas instituições de ensino para minimizar os impactos deixados no ensino no Brasil (COSTA e SOUZA, 2021, p. 3). Na UFRPE um plano de funcionamento foi discutido com a comunidade acadêmica e implementado para o ensino de graduação e ensino técnico. A partir do segundo semestre de 2020 o primeiro “Período Letivo Excepcional (PLE) ” buscou adequar as atividades acadêmicas realizadas por meio de Ensino Remoto Emergencial, durante a suspensão de atividades presenciais em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Apesar dos PLE’s terem sido opcionais, a maioria da comunidade discente fez a adesão e continuou estudando, entretanto, as condições objetivas de acesso às aulas, como internet e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), que oportunizassem o acompanhamento das aulas, eram desafios postos tanto para os discentes quanto para as instituições de ensino. No que corresponde ao acesso à internet, o Projeto

"Alunos Conectados"[9] do MEC atendeu na UFRPE 1.510 estudantes nas quatro Unidades Acadêmicas no ano de 2020, quanto aos equipamentos, o AEID se propôs a atender os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com um recurso financeiro para a compra do TIC.

> Foi divulgado na universidade que estudantes de baixa renda poderiam solicitar o benefício, redes sociais, instagram e whatsapp foram os meios em que mais vi a divulgação da abertura do edital para selecionar os candidatos a serem beneficiados pelo auxílio, e como os primeiros a serem beneficiados seriam os que tentaram outros programas da instituição e não conseguiram, e eu já tinha tentado, tentei para esse edital e fui selecionado. Foi de grande ajuda para o meu aprendizado durante as aulas online. O valor até poderia ter sido maior, para a compra de uma máquina mais potente, tanto em velocidade de memória como em capacidade de armazenamento. Essa foi a minha limitação que inviabilizou a compra de um aparelho melhor e também, infelizmente, foi um período que os eletrônicos aumentaram bastante, apesar do auxílio foi necessário colocar mais dinheiro (Entrevista concedida por LEMOS, Letícia Alves, Recife 06 de outubro de 2022).

> Um ponto negativo foi o prazo para a prestação de conta que foi muito curto a partir do primeiro recebimento, uma vez que durante a pandemia as lojas físicas não estavam funcionando 100% então não tinha muita variedade de produtos, e para a compra online o comprovante iria demorar mais que o prazo para submeter a prestação de contas, o que me limitou a alguns produtos em loja física. Apesar de ter sido um valor baixo, eu creio que foi de uma grande ajuda para todos nós. Foi muito importante para que eu conseguisse poder acessar as aulas e também os conteúdos que eram enviados. Na minha experiência foi super positivo, eu não teria condições de comprar um notebook com recursos próprios, me ajudou muito, foi fácil entender como funcionava para receber, tudo bem explicado tanto em edital quanto posts em redes sociais e até lives(Entrevista Concedida por GUIMARÃES, Gabriel Gomes, Recife 20 de outubro de 2022).

De acordo com informação da instituição, não há recurso suficiente para atender a todos os discentes que se encontram na situação de vulnerabilidade socioeconômica e fazem solicitação dos benefícios semestralmente por meio dos programas de permanência, o que origina quase sempre uma demanda reprimida. Ressalta-se, inclusive, que o AEID só foi possível de ser implementado pela realocação de recursos do restaurante universitário que voltou às atividades em

[9] Em maio de 2020, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), foi realizada uma consulta às Instituições para identificar o quantitativo de alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Paralelamente, estas secretarias já se encontravam em negociação junto à RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) para oferecerem, por meio das operadoras de telefonia celular, a disponibilização de pacote de dados aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Como resultado da consulta realizada, foi possível identificar o quantitativo de alunos em situação de vulnerabilidade nas instituições. Em agosto de 2020, a RNP já tinha estabelecido um novo modelo de negócio, junto às operadoras de Serviço Móvel Pessoal (Algar, Claro e Oi), disponibilizando às Instituições por meio da SESu e da SETEC, os meios para a operacionalização do fornecimento de chips e dos planos de pacote de dados aos alunos (BRASIL, 2020).

14 de março de 2022. Dessa maneira, uma forma de atender os estudantes que não puderam acessar os demais programas de assistência estudantil, mesmo tendo perfil para tal, foi incorporá-los ao AEID por meio de adesão. Assim, esses estudantes que se inscreveram nos processos seletivos em 2019, e ficaram em lista de espera, tiveram prioridade como primeiro grupo a ser contemplados pelo AEID. Os discentes que já recebiam algum benefício da Progesti foi o segundo grupo a ser atendido, nas falas dos entrevistados referenciados (estudante que se encontrava na lista de espera e beneficiário do Auxílio Transporte, respectivamente) é perceptível que a instituição se empenhou no quesito divulgação, se valendo, inclusive, de ferramentas de comunicação contemporâneas como as redes sociais para um alcance mais preciso e rápido diante dos discentes. Um outro aspecto que se destaca entre os entrevistados foi o valor do recurso; a normativa que regulamentou o benefício(Resolução Nº 29/2020 do Conselho Universitário) previu uma ajuda de custo no valor 4(quatro)bolsas de Apoio Acadêmico[10] da assistência estudantil, no total o estudante iria receber 1.380 reais, dividido em quatro parcelas. Este valor foi ponto de crítica dos discentes, que argumentaram sobre um fator que impactou na compra dos equipamentos: a alta dos preços dos produtos de informática durante a pandemia.

> Ao analisar o desempenho do setor eletrônico na área da informática, o International Data Corporation (IDC) - líder em inteligência de mercado, telecomunicações e tecnologia de consumo - registrou aumento de 16% na venda no primeiro trimestre de 2020. Ainda nesse assunto, a Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) divulgou que a venda de notebooks, desktops e celulares resultou no faturamento de R$ 34,846 milhões, 31% a mais se comparado ao ano de 2019[...]devido ao aumento considerável da moeda americana, o preço dos eletrônicos aumentou. Conforme dados do IDC, em 2019, 31% dos notebooks e desktops eram vendidos por R$ 3.000 ou mais. Em 2020, essa porcentagem aumentou, 48% desses eletrônicos estão na faixa de preço superior a R$ 3.000 (BORGES, 2021, cresce a demanda por computadores durante a quarentena. Disponível em http://www.metodista.br/rronline/cresce-a-demanda-por-computadores-durante-a-quarentena. Acesso em 18/10/2022)

[10] A bolsa de Apoio Acadêmico na assistência estudantil da UFRPE corresponde a uma das modalidades de benefício do Programa de Apoio ao Discente – PAD, que tem outras duas modalidades: auxílio alimentação e auxílio transporte (esses benefícios não são acumuláveis entre si). Na época do AEID, o valor da bolsa de Apoio Acadêmico era de R $345,00.

Dentre as dificuldades relatadas no decorrer do benefício, a que mais teve destaque tanto entre os discentes quanto à gestão foi sem dúvida a prestação de contas estabelecida pela normativa do programa. Do ponto de vista institucional, e pela conjuntura de instabilidade política e econômica do país, a gestão responsável pelo benefício referenciou que fez a opção pela prestação de contas como forma de se resguardar quanto aos órgãos de controle (Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU), uma vez que os recursos do PNAES são frequentemente auditados. Para os discentes, a dificuldade estava na questão do prazo na comprovação da compra do aparelho

> Para realizar prestação de contas o discente deverá enviar por e-mail à Secretaria da Coordenadoria de Ações Afirmativas - CAAP (Campus Sede) e Coordenadorias de Gestão Estudantil e Inclusão (COGESTI's/Unidades Acadêmicas), no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da primeira parcela, "Declaração em formulário da PROGESTI de recebimento do auxílio inclusão digital" informando a utilização do recurso para aquisição de equipamentos(UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, 2020).

Além disso, uma parte do público alvo não possuía crédito pessoal no mercado, muitas vezes dependendo de terceiros. Para a gestão, os problemas estavam concentrados na burocracia de análise dos documentos que comprovasse corretamente a prestação de contas e demais mecanismos de controle estabelecidos na normativa que disciplinou o benefício.

> Tinha estudantes que não possuíam alguns dispositivos de compra, como cartão de crédito, cheque, alguma coisa desse tipo, o fato de ele ter que comprar, comprovar, para só depois ter o ressarcimento, isso criou de fato uma complicação (Entrevista concedida por GONZAGA, Camila Lais, Recife, 11 de outubro de 2022).

> A primeira resolução previa que o estudante beneficiário teria um tempo determinado para apresentação de nota fiscal que correspondia a aquisição do equipamento permitido em resolução. Mais uma vez, por se tratar de um quantitativo muito alto de beneficiários, a dinâmica nessa coleta de informação, conferência das notas fiscais, foi um processo bastante dificultoso (Entrevista concedida por SOARES, Marliete, Recife, 20 de outubro de 2022).

Entretanto, o benefício, mesmo com algumas dificuldades e problemas na implementação e execução, foi um importante instrumento de apoio à permanência dos discentes na UFRPE, conseguiu "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública

federal”[11], atendendo, assim, a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O AEID buscou minimizar os efeitos do ensino remoto, inédito para a maioria da comunidade acadêmica e a opinião dos discentes, no geral, reflete essa assertiva.

> O computador que eu tinha acabou queimando um pouco antes da pandemia e já estava muito difícil fazer os trabalhos da universidade mesmo antes disso, e com o benefício consegui comprar um computador novo e melhor, não só para assistir às aulas, mas que me permitiu participar de pesquisas, entrar no PIBIC com meu projeto científico, além de facilitar minha primeira apresentação em congresso internacional online durante a pandemia(Entrevista concedida por ALMEIDA, Vinícius, Recife, 26 de outubro de 2022).

Destarte, se na concepção do AEID faltou à instituição traquejo na maneira de implementação, por se tratar de uma ação inédita, ao longo da concessão dos benefícios, por meio de avaliações recorrentes foi possível compreender quais eram as dificuldades a serem enfrentadas; no início de 2022 a normativa suprimiu a prestação de contas do Auxílio, entendendo esse benefício como os demais, enquanto direito adquirido pelos seus potenciais usuários que já demonstraram possuir os requisitos para adquiri-los ou seja a condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Entende-se que o ensino remoto ao mesmo tempo em que trouxe a possibilidade da não interrupção do acesso mínimo à educação, representou para a população vulnerável também desafios agravados pela desigualdade social; o acesso à internet e o domínio das tecnologias se juntou à falta de equipamentos que pudessem mediar esses obstáculos. Porém, o AEID cumpriu um importante papel na mitigação desses desafios e em âmbitos gerais é reconhecido tanto entre os gestores entrevistados quanto entre os usuários do benefício como uma ação indispensável durante a pandemia para o andamento das atividades educacionais na UFRPE.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Alunos Conectados**. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/alunosconectados. 2020. Acesso em: 13 de out 2022.

[11] BRASIL. *Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.* Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 02 out. 2020.

_____. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 02 out. 2020.

BORGES, Vitória. Universidade Metodista de São Paulo. 2021. cresce a demanda por computadores durante a quarentena. Disponível em http://www.metodista.br/rronline/cresce-a-demanda-por-computadores-durante-a-quarentena. Acesso em 18 out de 2022.

COSTA, William Cordeiro; SOUSA, Richard Perassi Luiz de. **A pandemia e o ensino remoto na Universidade Federal de Santa Catarina**. Competência, Porto Alegre, v. 14, n. 2, dez. 2021.

CUNHA, Fernando Icaro Jorge, et al. "**A Importância Da Assistência Estudantil Em Tempos De Pandemia: Um Relato De Experiências Do Núcleo De Desenvolvimento Educacional Da Universidade Federal Do Pampa - Campus Uruguaiana**." *Research, Society and Development* 11.1 (2022).

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano: o tempo da república**. 1 ed. Rio de janeiro: Editora Civilização Brasileira 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História do tempo presente e ensino de história**. Revista História Hoje, v.2, n.4, p.19-34,2013.

_____ (Org). **História do tempo presente**. Rio de janeiro: Editora FGV, 2014. Edição do Kindle.

GERMANO, Carlos. ufpb.br, 2020. **Notícias**. Disponível em: https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/mulheres-sentem-mais-ansiedade-e-medo-da-covid-19-diz-estudo-da-ufpb; Acesso em: 06 de out 2022.

LACERDA, Thays. **Sobre memória exercitada e o dever de memória em Paul Ricoeur**. In: DIVERSIDADE EM ARQUIVOS - Centro de Convenções de João Pessoa-PB, 2019. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/diversidade-em-arquivos-2018/trabalho/83559>. Acesso em: 06/10/2022.

SOCIAIS, Centro de Políticas Sociais, FGV, 2022, **Mapa da nova pobreza**. Disponível em: https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza.. Acesso em: 27 set 2022.

SAÚDE, Organização Pan-Americana, 2022. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo.** Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-nsiedade-e-depressao-em#:~:text=Solid%C3%A3o%2C%20medo%20de%20se%20infectar,gatilho%20para%20o%20pensamento%20suicida. Acesso em 27 set 2022.

RIBEIRO, Simone. **Mulheres rurais, desnaturalizando histórias silenciadas.** Revista Extensão e Sociedade, v. 1, p. 69, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução nº 29/2020, de 09 de julho de 2020**. Dispõe sobre normas para concessão do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital para discentes da Graduação presencial da UFRPE, matriculados no Período Letivo Excepcional: Conselho Universitário, 2020. Disponível em: http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%20de%20Inclus%C3%A3o%20Digital.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.